

A REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Maiely Deon Rissardi

Resumo

O sistema tributário brasileiro é frequentemente criticado por sua complexidade, ineficiência e falta de equidade. A regressividade, que penaliza proporcionalmente mais os cidadãos de baixa renda, e a alta burocracia, que encarece a operação das empresas, são desafios estruturais que tornam urgente a realização de uma reforma tributária. No contexto atual, propostas como a PEC 45/2019 e a PEC 110/2019 buscam enfrentar essas questões, simplificando o sistema e promovendo maior justiça fiscal. Este trabalho explora os desafios históricos do modelo tributário brasileiro, os pontos centrais das propostas de reforma e seus potenciais impactos econômicos e sociais.

2. Desafios do Sistema Tributário Brasileiro

O sistema tributário brasileiro é considerado um dos mais complexos do mundo, tanto pelo número de tributos quanto pela sobreposição de legislações federais, estaduais e municipais. De acordo com o relatório Doing Business (Banco Mundial, 2021), o Brasil ocupa uma das últimas posições em relação à facilidade de pagar impostos, com as empresas gastando uma média de 1.500 horas anuais para cumprir obrigações tributárias.

Outro ponto crítico é a regressividade, decorrente da predominância de tributos indiretos (como ICMS, PIS/COFINS e ISS), que incidem sobre o consumo e afetam de forma mais onerosa os consumidores de menor renda. Segundo estudos de Piketty et al. (2020), os tributos regressivos agravam as desigualdades, uma vez que famílias mais pobres comprometem uma parcela maior de sua renda com impostos do que as mais ricas.

A guerra fiscal entre os estados também figura como um problema significativo. Incentivos tributários concedidos de forma descoordenada, como a redução de alíquotas de ICMS para atrair investimentos, geram distorções econômicas e perda de arrecadação. Além disso, o sistema atual carece de progressividade, com tributos sobre renda e patrimônio tendo menor peso na arrecadação total, em contraste com países da OCDE.

3. Propostas de Reforma em Tramitação

3.1 PEC 45/2019

A PEC 45/2019 propõe substituir cinco tributos sobre o consumo (ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI) por um único imposto sobre bens e serviços (IBS). Este tributo seria de competência nacional, com arrecadação compartilhada entre União, estados e municípios. A proposta busca reduzir a cumulatividade, padronizar alíquotas e simplificar o sistema, eliminando a guerra fiscal e a multiplicidade de normas estaduais.

3.2 PEC 110/2019

A PEC 110/2019 também propõe unificar tributos, mas incorpora outras mudanças, como a criação de um imposto seletivo para bens e serviços específicos, como combustíveis e cigarros, e a substituição do Simples Nacional por um regime simplificado para micro e pequenas empresas.

Ambas as propostas seguem princípios comuns, como a neutralidade econômica, a transparência e a progressividade, mas enfrentam desafios

técnicos e políticos, especialmente no que diz respeito à transição para o novo modelo e à compensação de eventuais perdas de arrecadação por estados e municípios.

4. Impactos Econômicos e Sociais

4.1 Economia e Competitividade

A simplificação tributária pode reduzir custos operacionais para empresas, favorecendo a competitividade e atração de investimentos. Estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que uma reforma tributária pode aumentar o PIB brasileiro em até 10% no longo prazo, devido à maior eficiência econômica.

4.2 Justiça Fiscal e Redução de Desigualdades

A progressividade nas alíquotas do IBS e a ampliação da tributação sobre renda e patrimônio podem reduzir a concentração de renda. A literatura tributária, como os estudos de Carrazza (2022), destaca que um sistema mais progressivo está alinhado aos princípios constitucionais de capacidade contributiva e igualdade.

4.3 Efeitos sobre Consumo e Preços

Uma possível desvantagem da reforma é o impacto inicial sobre os preços de bens e serviços, especialmente aqueles que hoje são menos tributados. Para mitigar esses efeitos, mecanismos como devoluções tributárias para famílias de baixa renda e políticas compensatórias, como programas de transferência direta, são recomendados.

5. Desafios para a Implementação

Apesar dos benefícios potenciais, a implementação da reforma enfrenta desafios políticos e técnicos. Estados temem perdas de arrecadação e maior centralização do sistema, enquanto setores econômicos manifestam preocupações com o impacto nos custos de produção. Além disso, a transição para um novo modelo, que pode levar anos, exigirá planejamento rigoroso e ajustes legislativos.

6. Conclusão

A reforma tributária no Brasil é uma oportunidade para superar os entraves estruturais do atual sistema, promovendo maior justiça fiscal, eficiência econômica e simplificação. Contudo, seu sucesso dependerá de um equilíbrio cuidadoso entre os interesses das diferentes esferas de governo, setores econômicos e sociedade, além de uma implementação gradual e planejada. A participação ativa de todos os envolvidos será essencial para garantir que a reforma resulte em um sistema tributário mais justo e funcional.

Referências

- Amaral, R. C. Justiça fiscal e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo: Editora Tributária, 2020.
- Banco Mundial. Doing Business Report. 2021.
- Carrazza, R. A. Curso de Direito Constitucional Tributário. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2022.
- Confederação Nacional da Indústria (CNI). Impactos da Reforma Tributária no Crescimento Econômico Brasileiro. Brasília, 2022.
- Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. Taxation and Inequality: International Perspectives. Harvard University Press, 2020.
- Siqueira, M. L. Reforma Tributária e impactos na desigualdade social no Brasil. Revista de Estudos Tributários, v. 25, n. 2, 2021.